

PRÓLOGO

No final da guerra, o Estoril tornou-se o local de refúgio para a deposta realza europeia. A vinda para Portugal do conde de Barcelona, Juan de Bourbon e Battenberg, herdeiro da Coroa espanhola, em fevereiro de 1946, foi um exemplo para os seus pares. Poucos meses depois, em junho, aportou a Lisboa o rei Humberto II da Itália, seguido ainda nesse verão pelo conde e a condessa de Paris. Toda esta brilhante sociedade era amparada e recebida por Ricardo Espírito Santo, o banqueiro favorito do regime, aos domingos, depois da missa, em almoços à roda da piscina na sua casa em Cascais. Outros personagens reais foram chegando. Em 1948, o rei Carol da Roménia, que já passara por Portugal em 1940 em fuga das garras de Franco, instalou-se no Estoril com a amante, Elena Lupescu. O almirante Horthy, o ex-regente da Hungria, veio com a família em 1949. Por fim chegou a vez dos próprios aspirantes ao trono de Portugal.¹ A lei que o permitiu foi aprovada na

Assembleia Nacional em 1950, mas o regresso de D. Duarte Nuno de Bragança e da sua família, atrasado por Salazar, apenas se verificou em 1952.

O exílio destes príncipes em Portugal era um reclame para o regime e para a nascente indústria do turismo, impulsionada por António Ferro. Sob o sol do Estoril, nas praias, nos iates, no clube de golfe, nas esplanadas e nos bares dos hotéis cosmopolitas, e à noite no casino, sob o olhar atento dos *croupiers*, a alta sociedade gozava serenamente os seus privilégios. A Marginal fora inaugurada em 1940. A Riviera portuguesa ganhara fama durante a Segunda Guerra Mundial como um paraíso onde conviviam milionários, espiões e refugiados à espera de passagem para o Novo Mundo. Terminada a guerra, Portugal conservava-se como um pequeno reduto do passado, miraculosamente preservado do progresso, um sítio em que cada um sabia o seu lugar, os pobres andavam de cabeça baixa e ainda se fingiam gratos, os ricos eram admirados e protegidos, e a autoridade era forte para não ter de ser violenta, como Salazar em tempos sentenciara, exceto, naturalmente, para os poucos que se atreviam a desafiá-la.

A Europa estava em ruínas. Portugal era um dos raros países europeus que sobrevivera incólume à devastação provocada pela guerra. A ditadura salazarista ficara do lado dos vencedores, mas não se revia nos seus ideais democráticos. Para a direita conservadora, autoritária e católica, Salazar era um símbolo de respeitabilidade. Mas mesmo os democratas se vergavam ao seu prestígio. Quando visitou Lisboa pela primeira vez, para participar na reunião ministerial da NATO em fevereiro de 1952, Anthony Eden gostou tanto do que viu que, poucos meses depois, optou por voltar a Portugal em lua de

mel com a sua segunda mulher, Clarissa Churchill, sobrinha de Winston Churchill.² Outra personalidade seduzida pelo Portugal ordeiro, pacato e seguro do pós-guerra foi o magnata arménio, Calouste Gulbenkian, que viera para Lisboa em 1942. Cativado por Salazar, Gulbenkian deixou grande parte da sua imensa fortuna e da sua fabulosa coleção de arte a uma fundação com sede em Lisboa, obrigando Marcello Mathias a empregar-se a fundo, após a sua morte em 1955, para obter do Governo francês autorização para transferir as suas coleções de Paris para Lisboa.

Para Salazar, os anos 1950 foram uma época dourada – um tempo de estabilidade, livre de crises exceto na longínqua Índia, durante o qual o país pôde, por fim, «viver habitualmente» como Sua Excelência o Presidente do Conselho desejava. Os ecos das convulsões internacionais chegavam a Portugal filtrados pela censura e atenuados pela distância. Os seus parceiros internacionais tratavam-no com deferência. A situação financeira do país era sólida. A economia desenvolvia-se lenta mas seguramente. A oposição estava domada e praticamente silenciada. O regime era dono e senhor da situação. Os mais avisados viam, no entanto, acumular-se no horizonte um castelo de nuvens, prenúncio de uma poderosa tempestade, que acabaria por desabar sobre o regime no ano fatídico de 1961.

PARTE I

GUERRA FRIA
(1949-1955)

CAPÍTULO 1

1949-1952

Macau em xeque – Mao e Macau – Tensões com a Índia – A visita de Franco – Negociações com os Estados Unidos – Províncias ultramarinas – As novas caras do regime – Coup de foudre por Christine Garnier – A ministerial da NATO em Lisboa

A União Soviética detonou a sua primeira bomba atômica a 29 de agosto de 1949. O monopólio dos Estados Unidos da América durara menos do que o previsto. O comunismo parecia estar numa irresistível curva ascendente. À medida que subia a tensão entre as duas superpotências, a guerra nuclear tornava-se um perigo real.

A Ásia emancipava-se da tutela colonial. A Índia e o Paquistão acederam à independência em agosto de 1947. No Extremo Oriente, as conquistas do Japão durante a guerra rebaixaram o estatuto do homem branco aos olhos das populações locais. O colapso nipónico deixara uma vasta zona à mercê de movimentos nacionalistas, que os próprios japoneses haviam estimulado e contra os quais as forças de ocupação americanas nada podiam. As Filipinas libertaram-se do protetorado americano em julho de 1946. Em novembro de 1949, após quatro anos de luta, a Holanda reconheceu a independência da Indonésia.

Por todo o lado, inspirado pelas vitórias soviéticas, ganhava terreno o comunismo, embrulhado nas roupagens do nacionalismo. No Vietname, a guerrilha de Ho Chi Minh acoitava o colonialismo francês. Na Malásia, o Império Britânico enfrentava uma insurreição de inspiração comunista. Na zona de ocupação soviética na Coreia, a norte do paralelo 38, implantara-se um regime dominado pela figura de Kim Il-Sung. Na China, a guerra civil aproximava-se do fim. A 1 de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular. Em dezembro, Chiang Kai-shek refugiou-se na Formosa com os tesouros imperiais. A China dividia-se. A Formosa enveredava pelo capitalismo. No continente, sob a bandeira vermelha, instalava-se uma nova dinastia.

Em poucos anos, os enclaves portugueses na Ásia – Goa, Damão, Diu, Macau e Timor – ficaram cercados por potências hostis. Num discurso pronunciado em outubro de 1949, Salazar equacionou da seguinte forma o problema: «Goa é geograficamente Índia, Macau está incrustado no território chinês, Timor paredes-meias com a Indonésia. Daqui as preocupações, senão as dificuldades já existentes. A força será insuficiente para as vencer afinal; é um problema saber se a razão poderá evitar as violências e encontrar o caminho do respeito do direito e da conciliação de interesses.»¹

Embora velha de séculos, a presença portuguesa nesses territórios permanecia ténue.

O regime procurava disfarçar fraquezas com exageros retóricos. Na propaganda do Estado Novo, Goa era «a Roma do Oriente», um entreposto da fé na Ásia. Na verdade, a cultura hindu coexistia com, e predominava largamente sobre a herança cristã. A presença portuguesa criara raízes, mas declinara

muito ao longo de séculos. Apesar do seu ilustre passado, estava reduzida a uma superestrutura administrativa, uma pequena guarnição militar, algumas famílias goesas que reivindicavam orgulhosamente a sua condição de portuguesas, e um esplendoroso património arquitetónico religioso. Como no resto da Índia, a sociedade estava dividida por castas e, nas classes superiores, minada por rivalidades entre os «descendentes» e os brâmanes. Ao contrário do que sucedia em África, a mestiçagem era insignificante. Numa população de seiscentas mil pessoas pouco mais de um terço professava a religião católica. Mesmo entre os católicos, a língua predominante era o concaním. Apenas uma ínfima minoria sabia ler e escrever em português.²

No Extremo Oriente, a marca portuguesa era ainda mais difusa. Em 1952, após uma visita a Timor, o diretor do *Diário da Manhã*, Barradas de Oliveira, observou num relatório confidencial a Salazar: «(...) o nosso contacto com Timor deu-nos a impressão de uma ilha onde os portugueses tivessem acabado de desembarcar, sem tempo ainda para promover o progresso da terra e a cristianização das almas.»³ A situação não se alterara muito desde os anos 1930, quando Timor «continuava sem estradas, sem caminhos de ferro, sem portos e sem nenhuma das manifestações de progresso, tanto económico como social», nas palavras do governador Teófilo Duarte, e servia essencialmente como um destino para deportados políticos do regime, que constituíam uma elevada percentagem da população de origem europeia.⁴

Em Macau, a presença portuguesa sempre fora precária e contingente. Só em 1887, na época de maior fraqueza da China imperial e ao cabo de muitas tentativas infrutíferas, Portugal conseguira obter um título formal sobre o território. Macau

era um parente pobre do enclave vizinho de Hong Kong, um mero entreposto comercial onde se concentravam as atividades combatidas na China: o jogo, a prostituição e o tráfico de droga. Mais de 90% da população era composta por chineses e a língua portuguesa estava essencialmente confinada à administração.

Apesar da fragilidade da presença portuguesa, Salazar estava determinado a vender cara a soberania dos enclaves na Ásia. O regime sinalizava essa determinação com palavras e atos, reforçando as guarnições militares nesses longínquos territórios. Mas o governo não tinha ilusões. Para defender as possessões coloniais na Ásia, a força nada podia contra os colossos de que estavam rodeadas. A hora pertencia à diplomacia.

Macau em xeque

No final da guerra, a sorte de Macau estava na primeira linha das preocupações do Governo português. Ao contrário de Timor, ocupado pelos japoneses, Macau conseguira manter uma precária neutralidade durante o conflito. Após a queda de Hong Kong, em dezembro de 1941, o enclave ficara inteiramente cercado por zonas sob domínio japonês e tornara-se o único elo de ligação com o Ocidente no Sul da China. Macau transformara-se num local de refúgio para «imensas populações foragidas naquele Oriente revoltado»⁵, nas palavras de Salazar.

Com o fito de preservar Macau, Portugal adotara uma postura de colaboração com o regime de ocupação nipónico na vizinha China, embora procurando salvaguardar as aparências. As conquistas japonesas na China eram reconhecidas *de facto* mas não *de jure*. Todavia, para conciliar Tóquio, Portugal não mantinha representação diplomática em Xunquim, a capital da

China nacionalista que resistia à ocupação japonesa. O *modus vivendi* estabelecido com o Japão criara um enorme ressentimento contra Portugal por parte dos chineses.

Em Xunquim, fora das zonas ocupadas pelo Japão, a China era governada pelos nacionalistas do Kuomintang, liderados pelo generalíssimo Chiang Kai-shek, o herdeiro de Sun Yat-sen, fundador da República Chinesa após a deposição da dinastia Qing em 1912. Na década de 1920, depois de anos de lutas intestinas, Chiang Kai-shek conseguira unificar grande parte do país. A expulsão da facção comunista do Kuomintang, em 1927, e consequente cisão do partido precipitara contudo uma guerra civil que durou até 1950, com uma interrupção entre 1937 e 1946, quando nacionalistas e comunistas uniram forças contra o invasor japonês.

Durante a guerra, Roosevelt protegera as prerrogativas da China, elevara o seu estatuto internacional e insistira por fim em atribuir-lhe o direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O estatuto de grande potência generosamente outorgado ao Império Celestial pelo presidente americano era incompatível com qualquer marca de subalternidade perante o estrangeiro. O símbolo máximo do imperialismo ocidental eram os tratados desiguais, firmados em fins do século XIX com as potências europeias, que concediam aos seus cidadãos direitos de extraterritorialidade, eximindo-os de ser julgados por tribunais chineses. Apagar esse símbolo da humilhação da China às mãos do Ocidente era um objetivo central do Kuomintang.

Sob pressão americana, a partir de 1943 as diversas potências europeias foram sucessivamente renunciando a esses direitos. Portugal, contudo, resistira, recusando negociar o assunto quer com os regimes-fantoches estabelecidos pelos

japoneses, quer com o governo do Kuomintang, como tinham feito o Reino Unido, a Suécia e a Holanda.

Poucos dias depois da rendição japonesa, em finais de agosto de 1945, o ministro chinês em Lisboa apresentou-se no Palácio das Necessidades insistindo com Portugal para renunciar aos direitos de extraterritorialidade. O Ministério dos Negócios Estrangeiros reconhecia que abdicar desses direitos era inevitável e, em resposta à nota chinesa, informou que o faria. Mas colocava uma ressalva: essa renúncia ocorreria em termos a acordar. A razão para essa reserva era a seguinte: o Governo português queria salvaguardar o estatuto de Macau e desconfiava da intenção do Kuomintang de incluir esse tema na agenda das negociações. O assunto só acabaria por se resolver em abril de 1947.

Com o fim da guerra, a reunificação de Macau e de Hong Kong com a China começara a ser insistentemente reivindicada, quer pelos nacionalistas quer pelos comunistas, em declarações avulsas, manifestações e artigos de imprensa, mas não oficialmente perante o Estado português. O ambiente na China era de fervor patriótico. A animosidade causada pela política portuguesa nos anos da ocupação japonesa conferia uma maior virulência às reclamações sobre Macau. O território era descrito na propaganda nacionalista como «um paraíso dos colaboracionistas traidores chineses que ali guardam o produto das suas pilhagens e um antro de corrupção moral para os cidadãos chineses»⁶. A agitação partia de Cantão, a província adjacente ao enclave, berço do movimento nacionalista e dominada pelo Kuomintang.

Perante a negativa do Governo português em renunciar aos direitos de extraterritorialidade enquanto a China não

reconhecesse o estatuto de Macau, as autoridades chinesas intensificaram brutalmente a pressão. A partir de outubro, foi imposto um bloqueio militar e comercial ao território. Cidadãos portugueses foram detidos arbitrariamente, sujeitos a maus tratos, apresentados a tribunais chineses e mantidos presos, num desafio aberto ao regime de extraterritorialidade. Os nacionalistas insistiam ainda para que Portugal aceitasse a abertura de uma representação oficial em Macau e reclamavam a retirada e a substituição dos diplomatas portugueses acusados de colaboração com os japoneses.

A tensão atingiu o paroxismo em finais de 1945. Uma facção ultranacionalista do Kuomintang baseada em Cantão estava apostada em criar um incidente com Portugal que precipitasse o facto consumado da ocupação. As autoridades portuguesas reagiram com um misto de cautela, cedências e firmeza. No terreno, evitaram responder às provocações chinesas e reforçaram discretamente os meios militares de defesa do território. Na frente diplomática, o novo encarregado de negócios de Portugal em Xunquim, Simões Affra, que chegara à capital nacionalista em outubro, desmultiplicava-se em diligências para tentar aliviar a pressão sobre Macau. Gradualmente, foram negociados acordos com a China que satisfaziam algumas das suas reivindicações. Foram entregues à China os acusados de crimes de guerra e devolvidos os bens nipónicos em Macau que ela reclamava. Por fim, Portugal anuiu à velha pretensão chinesa de nomear um representante oficial no território. Estas cedências reduziram a tensão. O bloqueio foi levantado a 22 de dezembro de 1945.⁷

O Governo português reconheceu também a necessidade de substituir os seus representantes na China que estavam

comprometidos com a ocupação japonesa. Para Nanquim, entretanto restabelecida como capital do regime nacionalista, seguiu Ferreira da Fonseca; para Xangai, Armando Lopo Simeão; e para Cantão, a capital da província e epicentro da contestação à presença portuguesa, partiu em junho de 1946 José Calvet de Magalhães, na altura um jovem diplomata em princípio de carreira. Após uma atribulada viagem que demorou 40 dias com escalas no Cairo, Carachi, Calcutá, Saigão e Hong Kong, Calvet chegou finalmente a Cantão no verão de 1946. Antes de assumir o posto, Marcello Mathias, na altura secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) avisou-o de que Salazar estava «muito céptico sobre a possibilidade de nos mantermos por muito tempo em Macau»⁸.

O regime dispunha de poucos trunfos, mas contava jogá-los a seu tempo e com discernimento, de forma a tirar deles o máximo partido. Na expectativa de que o recomeço da guerra civil entre nacionalistas e comunistas, que parecia iminente, enfraquecesse o Kuomintang e moderasse as suas pretensões sobre Macau, Lisboa não mostrava pressa em concluir as negociações. A sua expectativa não foi defraudada. O projeto de tratado abolindo a extraterritorialidade que foi apresentado em Lisboa pelo ministro chinês a 15 de março de 1946 não mencionava expressamente uma reivindicação sobre o território macaense, apenas uma reserva sobre o seu estatuto.

Salazar manteve-se firme. O governo português recusou liminarmente negociar nesses termos. Não podia haver quaisquer reservas ou menções limitativas do estatuto de Macau. A China tentou então ameaçar com a revogação unilateral dos direitos de extraterritorialidade. Sobre a questão de fundo,

Lisboa não se moveu mas fez um gesto conciliatório: informalmente fez saber que Portugal renunciaria aos seus títulos relativos às ilhas da Lapa, D. João e da Montanha. Nessa base, foi finalmente assinado um acordo por troca de notas com as autoridades nacionalistas em abril de 1947, já em plena guerra civil. Portugal renunciava à extraterritorialidade e o Kuomintang desistia de qualquer reserva sobre o estatuto de Macau.⁹ Para a diplomacia portuguesa era um êxito: o essencial ficara salvaguardado, à custa de cedências menores. Mesmo assim, a imprensa portuguesa não fez qualquer referência ao acordo.¹⁰

A ausência de uma menção a Macau nessa troca de notas caiu muito mal nos meios nacionalistas, provocando mais uma crise diplomática. Em Cantão, levantou-se uma nova vaga de furiosa contestação à presença portuguesa em Macau. Na imprensa da cidade, Portugal era denunciado como um «país pirata do Atlântico» que era «há cinquenta anos um país fraco, de terceira categoria, esperando apenas a oportunidade de roubar os outros»¹¹. Em junho de 1947, a tensão atingiu novo paroxismo. Os jornais de Cantão e de Hong Kong noticiavam uma concentração de tropas chinesas junto a Macau. Temia-se uma invasão. Segundo Calvet de Magalhães, tudo não passava de «atoardas»¹². Mas Lisboa levou o caso a sério e procurou responder à intimidação com uma manobra dissuasiva. A 10 de junho, o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, jurou publicamente resistência caso houvesse tentativa de invasão: «(...) à violência se responderá com violência, sem querer saber das muitas ou poucas possibilidades de êxito». Com efeito, rematou, «a bandeira portuguesa onde se hasteia só se arreia num mar de sangue»¹³.

A bravata do ministro português, reproduzida com destaque na imprensa chinesa, irritou sobremaneira as autoridades

nacionalistas. O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, «de ordinário moderado e cauteloso», fez um protesto exaltado perante o ministro de Portugal em Nanquim, Ferreira da Fonseca. Salazar achou por bem vir a terreiro com palavras conciliadoras. Em discurso pronunciado a 11 de julho, traduzido para chinês e divulgado pelos representantes diplomáticos portugueses no Império Celestial, mas visando também a Índia, afirmou serem «amistosas e leais as relações que nos ligam às nações mais próximas vizinhas das nossas pequenas comunidades». A campanha de imprensa cessou pouco depois, graças à intervenção pessoal de Chiang Kai-shek, e a temida invasão não se materializou.¹⁴

A ação de Calvet de Magalhães em Cantão contribuiu para esta acalmia. Mal chegara à província, o cônsul português iniciara uma ação determinada para melhorar as relações com as autoridades cantonesas e a coordenação com o Governo de Macau, que tendia a ignorar a representação diplomática portuguesa na província adjacente ao território.¹⁵ As suas diligências deram fruto. Em agosto de 1947, o vice-presidente da China, Sun Fo, filho de Sun Yat-sen, visitou Macau, em óbvio sinal de amizade e apoio ao *statu quo*. Em setembro, foi a vez de o governador da província, o capitão-tenente Albano Rodrigues de Oliveira, ser recebido em Cantão com marcas de cortesia. A campanha contra o colonialismo português amainou. Por fim, em dezembro foi firmado entre as autoridades macaenses e cantonesas o chamado «acordo do arroz», que previa o fornecimento daquele bem de primeira necessidade ao enclave português, em troca do compromisso de Macau de combater o contrabando¹⁶, uma prioridade do governo do Kuomintang.

O acordo era um sinal evidente da normalização das relações entre Portugal e as autoridades chinesas. Na opinião do *New York Herald Tribune*, apesar do clamor da imprensa e das campanhas de agitação dos meios nacionalistas radicais, não interessava aos nacionalistas chineses ocupar Macau. A «Cidade do Santo Nome de Deus» era um «Monte Carlo Oriental»¹⁷, um paraíso do jogo, da prostituição, do tráfico de droga e do contrabando de ouro. Para além das razões de política internacional que impunham prudência, os dois enclaves ocidentais no rio da Pérola eram entrepostos comerciais que era no interesse de todos preservar.

Mao e Macau

A China continuava dividida, minada pela corrupção e sem um poder central forte. Os confrontos armados entre comunistas e nacionalistas eram cada vez mais frequentes. A partir do verão de 1946, tornou-se evidente que o país resvalava novamente para a guerra civil. Em finais de 1948, a derrota dos exércitos nacionalistas na Manchúria pelos comunistas sinalizou o colapso iminente do regime de Chiang Kai-shek. Com o avanço para o sul do Exército de Libertação Nacional, comandado por Mao Tsé-Tung, agudizaram-se de novo as preocupações dos responsáveis portugueses. Em janeiro de 1949, Ferreira da Fonseca enviou um ofício ao MNE equacionando os problemas que se poderiam levantar neste novo «ciclo histórico». Em Lisboa, o ministro Caeiro da Mata mandou o duque de Palmela, embaixador de Portugal em Londres, solicitar a cooperação da Grã-Bretanha «para se oporem em conjunto a uma eventual investida comunista contra ambas as colónias ocidentais»¹⁸.

Os receios das autoridades portuguesas não tinham fundamento. Publicamente, os líderes comunistas mantinham um tom ameaçador contra o «domínio imperialista» e afirmavam querer eliminar por completo a influência estrangeira na China comunista. Na verdade, conforme Mao Tsé-Tung explicou ao membro do Politburo soviético Anastásio Mikoyan numa reunião secreta no início de fevereiro, abriam uma exceção para os territórios de Hong Kong e Macau, porque apreciavam o seu valor económico e comercial e não queriam dar pretextos aos EUA para intervir na guerra civil.²⁹

Em março de 1948, Mao Tsé-Tung instalou-se em Pequim. Os restos do Kuomintang em debandada reagruparam-se em Cantão. A capital, Nanquim, no Norte da China, caiu a 24 de abril. Um mês depois, Xangai foi ocupada pelo Exército de Libertação Nacional. Na cidade existia uma comunidade portuguesa de certa dimensão. A imprensa de Hong Kong acusava Portugal de ter abandonado os seus nacionais. Eduardo Brazão, na altura cônsul-geral no enclave britânico, entendeu que devia reagir à afronta. Foram fretados aviões para evacuar os portugueses. Segundo conta nas suas memórias, «fui esperá-los com todo o pessoal do consulado e da comunidade de Hong Kong, que compareceu em peso. Mas perante o meu espanto e desespero (...) quase todos os que chegavam eram russos brancos, com passaportes portugueses que em tempos tinham sido comprados por bom preço a funcionários pouco escrupulosos»²⁰.

Em Lisboa estudavam-se as hipóteses, mais teóricas do que reais, de defender militarmente Macau e reforçava-se a guarnição do território. Prosseguiam, também, as conversas com os ingleses. Após a diligência de Palmela em janeiro, a diplomacia britânica deliberava sobre a melhor forma de escapar aos

compromissos da aliança com Portugal, que, desde 1843, especificamente incluíam Macau, como o próprio Foreign Office reconhecia²¹.

Londres achava «inconcebível» ter de «correr o risco de a) abrir hostilidades com a China e b) ofender as potências coloniais em geral» para preservar uma colónia que «é justa, ou injustamente, considerada (...) um casino infernal, um covil de contrabandistas e um bordel»²². Em sentido contrário militava a vontade de defender o território de Hong Kong, que sentia também ameaçado. O governo trabalhista não queria ser acusado de reeditar a política de apaziguamento, desta vez na Ásia. Não convinha, por isso, enviar sinais que enfraquecessem a determinação do Governo português em resistir, menos ainda quando faltava concluir as negociações para a adesão de Portugal à Aliança Atlântica.

Não chegara ainda o momento de pôr as cartas na mesa. Londres esquivava-se a dar uma resposta formal ao pedido português, limitando-se a encorajar contactos a nível local entre o governador de Macau e as autoridades em Hong Kong.

Uma vez assinado o Tratado de Washington e garantida a adesão de Portugal à Aliança Atlântica em abril de 1949, tornou-se possível responder com clareza. A 15 de junho, a Embaixada portuguesa em Londres foi informada de que a Grã-Bretanha não estava em condições de prestar auxílio militar para a defesa de Macau, embora se mantivesse determinada a resistir a uma ofensiva sobre Hong Kong. Uma semana depois, Palmela apresentou um protesto formal a Bevin, que este se limitou a registar com circunspeção.²³

Salazar continuava cético sobre a possibilidade de conservar Macau. *In loco*, Brazão e Calvet de Magalhães estavam

menos pessimistas, fiando-se mais na proteção implícita dos Estados Unidos do que nas capacidades de resistência da Grã-Bretanha.²⁴

A 1 de outubro de 1949, na Praça de Tiananmen, em Pequim, Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular. Nesse mesmo dia, o primeiro-ministro Chu En-Lai dirigiu uma nota a todas as missões diplomáticas estrangeiras propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. A 9, instruído por Lisboa, Ferreira da Fonseca declinou polidamente a proposta: pendente do «estudo da situação», o Governo português esperava estabelecer com as novas autoridades chinesas «relações informais».

Como era seu timbre, Salazar não se quis precipitar. Em setembro, de visita a Washington, Caeiro da Mata fora informado pelo secretário de Estado Dean Acheson de que os Estados Unidos não eram favoráveis ao reconhecimento do novo regime chinês.²⁵ Em Portugal, os pareceres dividiam-se. O governador de Macau, os diplomatas em serviço na China e os altos funcionários do MNE eram favoráveis ao reconhecimento, mas outros hierarcas do regime opunham-se por razões ideológicas. Salazar decidiu esperar.²⁶ Ferreira da Fonseca fechou a legação em Nanquim e regressou a Lisboa.

Em meados de outubro, as forças comunistas ocuparam Cantão. O novo governo da província sinalizou discretamente a vontade de manter relações corretas com as autoridades portuguesas em Macau. Esses sinais eram contrabalançados pela atitude vigilante da imprensa de Pequim, que denunciava cumplicidades das autoridades portuguesas com navios nacionalistas ao largo do enclave e por tentativas, parcialmente bem-sucedidas, para organizar manifestações de regozijo em

Macau pela vitória comunista. Contudo, no plano militar, as novas autoridades chinesas evitavam cuidadosamente qualquer gesto agressivo.

Pequim não tardou em clarificar oficialmente a sua posição. A 9 de novembro, em declarações a um jornal de Macau, o general Wang Zhu, máximo responsável militar na área, declarou taxativamente que «a posição da vizinha Macau será absolutamente respeitada»²⁷. Garantias nesse sentido foram secretamente transmitidas às autoridades portuguesas dois dias depois. Passara a crise. Após quatro atribulados anos em que, por mais de uma vez, o território estivera em risco, Macau conservava-se sob soberania portuguesa. Lisboa suspirou de alívio. O Império mantinha-se intacto.

A Grã-Bretanha decidira em princípio reconhecer o novo regime e pretendia arrastar Portugal para posição idêntica. A 1 de novembro, o embaixador inglês em Lisboa, Sir Nigel Ronald, submeteu um memorando ao MNE, expondo a posição inglesa. O Governo português respondeu em finais do mês, declinando seguir-lhe os passos. Convinha aguardar «que o domínio do governo comunista sobre o território e população da China atingisse proporções mais elevadas» e, sobretudo, havia «necessidade de uma atitude paralela das potências Ocidentais mais diretamente interessadas». Como algumas delas – essencialmente os Estados Unidos e a França – tinham decidido por ora não reconhecer, o governo português era de opinião de que se deveria esperar por uma «oportunidade mais favorável»²⁸.

Essa oportunidade não chegaria tão cedo. O reconhecimento do novo regime pelo Governo britânico, efetivado em janeiro de 1950, não lhe pouparia inúmeras agruras com a

China comunista. As más experiências da Grã-Bretanha desencorajaram Portugal de adotar posição semelhante.²⁹ Pouco depois, a eclosão da guerra na Coreia, em junho de 1950, fez disparar a tensão entre a China e o Ocidente. Em Macau estabeleceu-se um *modus vivendi* informal com os comunistas do outro lado da fronteira.

Esse *modus vivendi* apenas foi seriamente perturbado pelos episódios ocorridos em Macau durante a revolução cultural. Em novembro de 1966, um incidente violento entre a Polícia de Segurança Pública e um grupo de maoistas chineses, que protestavam contra demoras na concessão de uma licença para a construção de uma escola, provocou uma escalada organizada de protestos contra a administração portuguesa, com o fim de a humilhar e desautorizar publicamente. A invasão do enclave pelos Guardas Vermelhos, que o cercavam totalmente, apenas foi impedida pelo Exército Popular de Libertação. Sob pressão brutal das autoridades de Cantão, foram suprimidos em Macau todos os símbolos do governo da Formosa, que Portugal reconhecia, e os seus representantes evacuados do território. Após tentativas vãs de mostrar firmeza, o governador Nobre de Carvalho viu-se forçado a uma capitulação pública e total, o preço exigido para Portugal conservar a soberania nominal sobre o enclave.³⁰

O reconhecimento implícito da República Popular só ocorreu em 1971, quando Portugal votou a favor da sua entrada para a ONU. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China ficaria adiado até fevereiro de 1979. Não obstante, em diversas ocasiões, o governo procurou aproximações táticas com a China e considerou ativamente o reconhecimento da República Popular. Franco Nogueira, que

iniciara a sua carreira diplomática no Japão e era casado com uma chinesa, tentou por mais de uma vez jogar essa carta. Um reconhecimento da China comunista seria emocionalmente satisfatório, ao antagonizar os EUA e a Índia; e podia trazer vantagens, não só em Macau como também em África. Movimentos nesse sentido foram esboçados em 1961 e em 1964, mas acabaram por não resultar, ou porque a resposta da China tardou ou porque foram travados por Salazar, receoso das pressões dos extremistas do regime e das repercussões nas relações com os Estados Unidos.

Tensões com a Índia

A ameaça que pairava sobre Goa, Damão e Diu era menos imediata mas tinha maior repercussão emocional em Portugal, devido à importância histórica da presença portuguesa na Índia. No final da guerra, ativistas goeses animados pela perspectiva da independência da União Indiana começaram a reclamar a integração das províncias portuguesas na mãe-pátria. Esse surto de contestação foi duramente reprimido pelas autoridades portuguesas, em flagrante contraste com a atitude adotada pelos ingleses. Indignados, Gandhi e Nehru sinalizaram de imediato que, mais tarde ou mais cedo, tencionavam pôr fim ao Estado Português da Índia.

O assunto foi no entanto posto entre parênteses após o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Índia em agosto de 1948, matéria em que Lisboa se empenhara a fundo e a que Deli apenas acedera após grandes demoras e hesitações³¹. Antes de voltar à carga com a questão da soberania, as novas autoridades indianas concentraram-se em eliminar os vestígios da influência portuguesa no subcontinente

resultantes do Padroado do Oriente, matéria regulada pelo Acordo Missionário anexo à Concordata de 1940.

O Padroado era uma velha relíquia do Império Português na Ásia. Em reconhecimento pela obra de evangelização conduzida por missionários portugueses no Oriente, a Santa Sé concedera em 1544 à diocese de Goa um direito de padroado – o privilégio de nomear prelados – em vastos territórios da Índia, do Extremo Oriente e da África. Esses exorbitantes privilégios cedo começaram a ser contestados em Roma, designadamente pela Propaganda Fide, a organização missionária estabelecida pela Santa Sé em 1622, dando origem a tenazes disputas com a Coroa portuguesa. Só no século XIX, pelas concordatas de 1857 e 1886, e posteriormente em 1928, renunciou o Estado português a grande parte desses privilégios, aceitando circunscrever o Padroado, para além dos territórios sob soberania portuguesa, a algumas dioceses na Índia.

Em setembro de 1948, logo após o estabelecimento de relações diplomáticas, Krishna Menon, o alto-comissário indiano em Londres, entregou a Palmela um memorando sobre «a posição da Igreja nas possessões portuguesas na Índia»³². O espírito legalista de Salazar reconheceu que, sendo agora a União Indiana um país independente, podia reclamar, perante o Vaticano, a aplicação do mesmo princípio consagrado na Concordata portuguesa, exigindo-lhe que só nomeasse no seu território «indivíduos que possuam a nacionalidade hindu [*sic*]». Ao mesmo tempo, considerava que renunciar ao Padroado constituiria «um desastre religioso e, simultaneamente para nós, um desastre político»³³.

A opinião de Salazar coincidia com a do arcebispo de Goa e patriarca das Índias Orientais, título que lhe fora concedido pela

Concordata de 1886. Fiel à injunção do Acordo Missionário – «ide e pregai a todas as criaturas» –, D. José da Costa Nunes tivera uma ação enérgica de evangelização, não apenas em Goa, mas ao longo de uma carreira inteiramente dedicada ao Padroado, que se iniciara em Timor e se prolongara durante mais de 20 anos como bispo de Macau. O patriarca, cujo conselho Salazar solicitava e prezava, achava que «não devemos ir ao extremo da intolerância, aliás inútil, mas de preferência antecipar-nos, renunciando ao Padroado, precisamente para não criarmos dificuldades ao Vaticano nem comprometermos o desenvolvimento do apostolado missionário neste imenso subcontinente»³⁴. Mas, ao mesmo tempo, considerava que o fim do Padroado constituiria um golpe fatal para a existência do Estado Português na Índia: «Liquidado o Padroado, e substituído o Patriarca europeu por um Patriarca indiano, não haverá Governador, nem exército português que evite a perda de Goa, Damão e Diu.»³⁵

Perante um problema difícil, Salazar recorreu ao expediente habitual: ganhar tempo. Formalmente, o assunto dependia do Vaticano. Salazar determinou assim que se aguardasse por uma iniciativa da Santa Sé.³⁶ Esta também não mostrava pressa. As conversas preliminares entre Lisboa e Roma decorriam com grande lentidão. A Índia, inteiramente à margem deste diálogo, começava a impacientar-se.

Em janeiro de 1949, poucos dias antes de apresentar credenciais como ministro de Portugal em Nova Deli, Vasco Garin teve uma longa conversa com Nehru. O chefe do Governo indiano abordou de imediato a questão do Padroado, pedindo resposta rápida; e não se fez rogado, em seguida, para deixar claro que a entrega das colónias portuguesas estava bem presente no seu espírito e era assunto a abordar mais tarde. Garin

respondeu que Portugal não estava aberto a conversar sobre o tema. Nehru fez ouvidos de mercador.³⁷

Negociar sobre o Padroado era uma forma de atenuar tensões em torno do Estado Português da Índia. Mesmo assim, Salazar hesitava e protelava. Só em junho, quase um ano depois da entrega do memorando indiano, o problema foi desbloqueado graças a um parecer da eminência parda do Ministério, o secretário-geral interino António de Faria. Na sua opinião, era impossível adiar mais a resposta.³⁸ Seguiram instruções detalhadas para o embaixador de Portugal no Vaticano dar início às negociações. A posição portuguesa baseava-se expressamente, tal como Salazar reconhecera quando fora inicialmente confrontado com o problema, na existência de uma soberania indiana, à qual não podia ser negada a possibilidade de nomear bispos para as dioceses em seu território. Era essa a fundamentação para Portugal se mostrar disponível a renunciar aos privilégios do Padroado.³⁹

Salazar aproveitou a abertura das negociações formais com o Vaticano em outubro para esclarecer publicamente a sua posição e preparar a opinião pública portuguesa para o fim do Padroado. Em discurso pronunciado na biblioteca da Assembleia Nacional, afirmou que «devemos entender-nos com a Santa Sé para dar à Índia a satisfação que for devida»⁴⁰. Ao mesmo tempo, reiterava a intransigência no que respeitava à posse dos territórios do Estado Português da Índia. Salazar afirmava que a unidade geográfica era «um ideal, um critério, não uma razão e muito menos um direito, porque o direito é Goa estar integrada há vários séculos na soberania portuguesa». Estas palavras provocaram, claro está, uma réplica de Nehru no parlamento indiano.

A retórica subia de tom, mas sobrepunha-se ainda a preocupação de evitar a rutura. Conforme Portugal vinha reclamando, e em gesto de boa vontade, a Índia nomeou para Lisboa um representante diplomático. E quando, em finais de fevereiro de 1950, resolveu enfim pôr formalmente o problema da soberania, fê-lo em termos corteses e conciliatórios. A nota verbal dirigida ao Governo português solicitando a abertura de negociações sobre o estatuto de Goa, Damão e Diu começava por referir, em tom apreciativo, a disposição do Governo português para ceder na questão do Padroado e, torcendo no sentido mais favorável possível as palavras pronunciadas por Salazar meses antes, aludia à sua suposta disposição para resolver os problemas entre os dois países mediante negociações amigáveis. A Índia justificava a entrega dos territórios portugueses como uma inevitabilidade histórica e invocava, como precedente, as negociações entabuladas com a França sobre Pondichéry.⁴¹

Ao receber o ministro indiano em Lisboa, Caeiro da Mata adiantou-lhe logo que a resposta portuguesa seria negativa, mas prometeu mesmo assim comunicá-la por escrito. Durante meses, Deli esperou pacientemente, evitando levantar publicamente o problema. Entretanto, Portugal tentava mobilizar a opinião pública internacional a favor da sua presença em Goa. Em Washington, um membro influente da Câmara dos Representantes, Joseph W. Martin, cuja circunscrição em Massachusetts incluía um grande número de portugueses, escreveu ao secretário de Estado Dean Acheson uma carta protestando contra a «aquisição» de Goa pela Índia. Mas o tiro saiu pela culatra. A resposta, assinada pelo *assistant secretary* Jack McFall, desagradou sobremaneira ao Governo português.

Utilizava o termo inconveniente de «colónias» para designar o Estado Português da Índia, referia-se aos «vestígios» da soberania europeia na Índia e, pior ainda, parecia apoiar a ideia de um plebiscito para resolver o diferendo entre os dois países.⁴²

Em junho, Lisboa respondeu finalmente à nota indiana com uma negativa categórica. Três semanas depois, em meados de julho, numa tentativa para atenuar a tensão, Lisboa instruiu Garin a comunicar ao Governo indiano os termos do acordo de princípio concluído com a Santa Sé sobre o Padroado antes de ele ser assinado. Portugal renunciava ao privilégio de propor ao Vaticano bispos para as sés de Mangalore, Coullão, Trichinipoli, Meliapor, Cochim e Bombaim e desligava a Santa Sé da obrigação de nomear para estas duas últimas dioceses bispos de nacionalidade portuguesa. A delimitação da arquidiocese de Goa, criada em 1533 pelo papa Clemente VII e dez vezes maior que os limites da província, ficava porém adiada. As autoridades indianas não fizeram reparos e abstiveram-se de comentar a negativa portuguesa à proposta de negociações sobre a questão da soberania. O acordo com o Vaticano foi assinado em Roma a 18 de julho de 1950 por Tardini e Tovar de Lemos. Foi o último ato relevante de Caeiro da Mata como ministro dos Negócios Estrangeiros.

A visita de Franco

A assinatura do Tratado de Washington, em abril de 1949, definira uma nova arquitetura institucional para o Ocidente, criada para fazer frente à ameaça comunista. A inclusão de Portugal, motivada essencialmente pela importância dos Açores, afastara o perigo de Salazar ser isolado por razões ideo-